SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro - ILB

Coordenação de Educação Superior

ATA DA REUNIÃO DA 5ª COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)

DO DIA 16/10/2015

No décimo sexto dia do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, às dez horas, com participação dos servidores do Senado Federal Paulo Roberto Alonso Viegas, Diretor-Adjunto do ILB; José Dantas Filho, Coordenador de Educação Superior; James R. Menezes de Carvalho, representante da Secretaria de Gestão de Pessoas; Sílvia Castanheira Oddone, representante dos alunos do curso de pós-graduação *lato sensu* em Comunicação Legislativa; Walesca Borges da Cunha e Cruz, representante dos alunos do curso de pós-graduação *lato sensu* em Ciência Política; Cláudio Cunha de Oliveira, Chefe do Serviço de Ensino a Distância; Telma América Venturelli, servidora da COESUP, no anexo V do Senado Federal (edifício do ILB), realizou-se a 5ª reunião da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) para deliberar sobre: a) leitura e aprovação da Ata da reunião anterior; b) aprovação do regulamento da CPA; 3) definição dos instrumentos de avaliação e 4) assuntos gerais. A ata anterior teve a leitura dispensada e foi aprovada por todos os membros da CPA. Paulo Roberto Alonso Viegas iniciou a 5° reunião da CPA com a leitura da pauta. José Dantas Filho explicou aos demais membros o regulamento sugerido para a CPA. Sílvia Castanheira Oddone solicitou a definição da participação dos alunos na formação da CPA, pois o mandato dos membros na proposta de regulamento é de dois anos e os cursos duram 18 meses. O entendimento foi que o representante dos alunos atende a todos os cursos, não havendo necessidade de um aluno por curso. José Dantas Filho sugeriu que o termo "representante das escolas do Legislativo" seja substituído por "representantes da sociedade civil", conforme as orientações do MEC. James R. Menezes de Carvalho ressaltou que os alunos e os professores têm papéis específicos na CPA e que esse papel não é relacionado ao curso, mas à instituição. José Dantas Filho explicou que os representantes dos docentes deviam ter tido contato recente com ILB para ter conhecimento suficiente da instituição para poder participar dos processos avaliativos, sendo preciso analisar a questão de sua recondução por mais dois anos. Cláudio Cunha de Oliveira apoiou a representação geral e não por curso dos professores e alunos. Sílvia Castanheira Oddone lembrou que os representantes dos professores dos cursos devem ser de um curso que está no início e outro que está no final, pois, assim, há maior abrangência das situações a serem avaliadas pela CPA. Paulo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 868D85C4000BE1EE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Roberto Alonso sugeriu que houvesse dois representantes discentes para atender ao equilíbrio da representação. Ele sugeriu um mandato de um ano com possibilidade de recondução para todos os membros da CPA. James R. Menezes de Carvalho levantou a questão do representante da Diretoria do ILB, que teria seu trabalho interrompido com essa regra de um ano mais um. Ele sugeriu que a CPA seja presidida pelo Diretor Adjunto do ILB e que o vice-presidente da CPA seja o coordenador da COESUP, ambos com mandato sem limite de tempo e que os demais membros sejam indicados pela Diretoria do ILB. José Dantas Filho solicitou que as alterações solicitadas para o regulamento da CPA sejam trazidas na próxima reunião. James R. Menezes de Carvalho sugeriu que o regulamento seja publicado como instrução normativa. Paulo Roberto Alonso Viegas se prontificou a verificar o formato correto da publicação. Cláudio Cunha de Oliveira sugeriu que a participação do secretário seja especificada no regulamento da CPA. James R. Menezes de Carvalho explica que, após a publicação do regulamento, ocorrerá a designação formal dos membros da CPA. Paulo Roberto Alonso Viegas ressalta a dificuldade de análise dos dados da avaliação atual dos cursos e que deveria ser simplificada. José Dantas Filho explicou o modelo de avaliação a ser proposto. Sílvia Castanheira Oddone sugeriu que fosse incluído um item na escala de avaliação para quem não quer opinar. James R. Menezes de Carvalho sugeriu que no instrumento de avaliação sejam explicadas as funções do profissional a ser avaliado. Telma América Venturelli explicou as diferenças existentes entre o coordenador pedagógico e o coordenador-geral dos cursos. James R. Menezes de Carvalho solicitou que se observe como está escrito na resolução que especifica as funções de cada profissional. Sílvia Castanheira Oddone e Walesca Borges da Cunha e Cruz explicaram seus pontos de vista em relação ao papel de cada um dos coordenadores (pedagógico e geral) e ressaltaram que suas funções são distintas. Paulo Roberto Alonso Viegas levantou a questão da necessidade de dois coordenadores por curso, pois há escolas de governo com apenas um coordenador. José Dantas Filho lembrou que precisaria de uma maior estrutura de apoio por parte do ILB e que há um limite de 120 horas por ano ou dez horas de coordenação por mês, o que é insuficiente. Haveria sobrecarga de trabalho caso houvesse somente um coordenador. José Dantas Filho ressaltou que a secretaria acadêmica está sendo reestruturadas e que em um futuro próximo haverá melhor estrutura para voltar a discutir o tema do número de coordenadores por curso. Paulo Roberto Alonso Viegas ressaltou que a avaliação poderia ser entregue por meio de uma "urna", o que poderia melhorar a taxa de reposta, percentual de alunos que entregam a pesquisa respondida, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 868D85C4000BE1EE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro - ILB
Coordenação de Educação Superior

tornaria a avaliação mais sigilosa. Sílvia Castanheira Oddone ressaltou que a avaliação não necessita do tópico de "estrutura física do ILB" em todas as avaliações e que essa parte pode ser suprimida, o que simplificaria o questionário. Ela ressaltou que muitas avaliações não retratam a realidade, pois professores e alunos são colegas de trabalho, o que induz a certa complacência. Sílvia Castanheira Oddone apontou a necessidade de se respeitarem as limitações e especificidades relativas ao perfil de aluno de cada curso e de se modificar a forma de tratamento por parte dos professores. José Dantas Filho ressaltou que é preciso haver uma reunião entre o coordenador e os professores antes do início do curso para definir questões pedagógicas e operacionais. Walesca Borges da Cunha e Cruz sugeriu que haja um apelo no início das avaliações para incentivar a participação dos alunos, ressaltando a importância das avaliações. Nada mais havendo a tratar, foi declarada encerrada a presente, e, para constar, eu, Jorge Porcaro, que secretariei a reunião, lavro e assino esta Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelos demais presentes.

Brasília, 16 de outubro de 2015.

Jorge Porcaro

Participantes:

Cláudio Cunha de Oliveira

James R. Menezes de Carvalho

José Dantas Filho

Paulo Roberto Alonso Viegas

Sílvia Castanheira Oddone

Walesca Borges da Cunha e Cruz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 868D85C4000BE1EE.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.